

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ORDENS DO DIA**
 - 1.1 – Plenário
 - 1.2 – Comissões
- 2 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 2.1 – Comissão
- 3 – PROMUNCIAMENTOS**
- 4 – ERRATA**

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/8/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 612/2019, do deputado Ulysses Gomes, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de informações sobre as providências tomadas pela direção da companhia visando a garantir o exercício dos preceitos estabelecidos no Estatuto Social da Companhia Mineradora do Pirocloro de Araxá – Comipa –, acompanhado de cópia com inteiro teor do relatório resultante da auditoria de recursos e reservas minerais do depósito de nióbio em Araxá, elaborado pela SRK Consultores do Brasil Ltda. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 628/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Administração Prisional pedido de informações sobre as denúncias de falta de combustível para as viaturas do sistema

prisional, conforme reportagem publicada em 28/3/2019 no jornal "O Tempo". A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.055/2019, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – pedido de informações sobre o eventual descumprimento da Lei Municipal nº 2.282, de 8 de julho de 2011, e da Lei Municipal nº 2.581, de 18 de março de 2019, do Município de Salinas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.120/2019, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre a situação do Porto Seco de Juiz de Fora e sobre a proposta para regularizar o seu funcionamento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.155/2019, do deputado Coronel Henrique, em que requer seja encaminhado ao subsecretário de esportes da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o cumprimento do disposto na Cartilha do ICMS Esportivo do governo do Estado sobre a necessidade de os programas e projetos que promovam a prática desportiva de rendimento terem os resultados de suas competições considerados para fins de pontuação no *ranking* da Federação na respectiva modalidade esportiva. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.417/2019, da Comissão de Educação, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas na listagem das escolas estaduais em Belo Horizonte que contam com educação integral e daquelas em que se prevê a implementação de educação integral no referido município, no próximo período letivo. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.475/2019, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que requer seja encaminhado ao diretor do Detran-MG pedido de informações sobre o cumprimento da Lei nº 21.157, de 2014, que estabelece que o Estado adotará medidas para assegurar o acesso de pessoas com deficiência, de todas as regiões do Estado, ao local de realização de exames de habilitação por meio da descentralização da Comissão de Exames Especiais desse órgão para as cidades-sede das regiões integradas de segurança pública. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 842/2015, do deputado André Quintão; 3.418/2016, dos deputados Noraldino Júnior e Fred Costa e da deputada Ione Pinheiro; 3.700/2016, do deputado Léo Portela; 5.226/2018, do deputado Antônio Jorge; 72 e 79/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 141/2019, do deputado João Leite; 264/2019, do deputado Arlen Santiago; 728/2019, do deputado Doutor Wilson Batista; 746/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 806/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 826/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 848/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 906/2019, do deputado Mauro Tramonte.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 5.247/2018, do deputado Léo Portela; 436/2019, do deputado Zé Guilherme; 831/2019, do deputado Professor Cleiton; 858/2019, do deputado Roberto Andrade; 862/2019, do deputado Tito Torres; 887/2019, do deputado Noraldino Júnior; 890/2019, do deputado Braulio Braz; 891/2019, do deputado Cássio Soares; 897/2019, do deputado Professor Cleiton; e 937/2019, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 837/2019, do deputado Bruno Engler.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 2.112 e 2.113/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 2.166/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes; e 2.208/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater o sistema de pagamento de diárias aos policiais militares, especialmente no que se refere a ausência de tratamento igualitário e ao suposto enriquecimento ilícito do Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei Complementar n° 58/2016, do Tribunal de Justiça; Projetos de Lei n°s 2.790/2015, do deputado Cássio Soares; e 133/2019, do deputado João Leite.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 910/2019, do Procurador-Geral de Justiça; e 738/2019, do deputado Bartô.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 2.058/2019, do deputado Professor Irineu; e 2.228/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 2.239/2019, do deputado Coronel Henrique.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 658/2019, do deputado João Magalhães.

Requerimentos nºs 1.988/2019, do deputado Duarte Bechir, e 2.077/2019, da deputada Delegada Sheila.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/8/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 5.359/2018, do deputado Mário Henrique Caixa, e 542/2019, do deputado Zé Reis.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.952, 1.953, 2.071, 2.072 e 2.095/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras; 1.956/2019, da deputada Ione Pinheiro; 1.966/2019, do deputado Duarte Bechir; 2.032/2019, da Comissão de Segurança Pública; e 2.069/2019, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.065/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.422/2018, do deputado Doutor Jean Freire.

Requerimentos nºs 2.056 e 2.057/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia, e 2.124/2019, do deputado João Leite.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 7/8/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/8/2019, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 837/2019, do deputado Bruno Engler; de votar, em turno único, os Requerimentos nº 2.112, 2.113 e 2.208/2019, do deputado Sargento Rodrigues, 2.166/2019, do deputado Antonio Carlos Arantes, e 2.243 e 2.286/2019, do deputado Delegado Heli Grilo; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de agosto de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1/8/2019

O deputado Gil Pereira* – Concedo aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* – Quero pedir a V. Exa. por questão de ordem.

Fiquei abismado ontem ao ver o governador do Estado de Minas Gerais anunciar o investimento de R\$21.000.000.000,00 em Minas Gerais – viu, Guilherme, pessoal do Novo, novos deputados que estão nesta Casa, Cleitinho? O Gil Pereira trabalha com energia solar há muitos anos. Nós íamos fazer a primeira assembleia de energia limpa do Brasil. Hoje nós temos aqui um teste. O João Leite, várias vezes, teve a oportunidade de acompanhar o deputado Gil Pereira em suas visitas, em seus encontros nesta Casa e no exterior, trazendo investimentos para esse setor.

Ontem, deputado Duarte Bechir e André Quintão, fiquei abismado. O governador teve a coragem de ir lá e falar assim: “Eu estou trazendo, eu estou trazendo, eu estou trazendo”. Ora, o governador está trazendo! Ele foi um cara de pau ontem. Com todo respeito: um cara de pau! Um trabalho do deputado Gil Pereira, um trabalho desta Casa de anos, Cleitinho! Com todo respeito, o governador foi um cara de pau quando teve a coragem de falar isso. Em hora alguma ele fala: “Olhe aqui, isso começou na Assembleia, isso começou com o deputado Gil Pereira”. Ora, isso começou com vindas e idas do deputado Gil Pereira, começou em conversas com os empresários para mostrar o potencial de Minas Gerais em energia solar.

Eu falei do avião, aí o governador se retratou: “Eu errei e estou andando de avião”. Ele falou do puxadinho que conseguiu manter. Denunciei tudo e tenho certeza absoluta, pela sua cara de pau ontem, que ele vai chegar e falar assim: “Gente, eu errei. Tenho que lembrar que foi o Gil Pereira que trouxe isso aqui”. Acho que é o reconhecimento de um trabalho.

Nós, que estamos há muitos anos aqui – mais de vinte, quase vinte e cinco anos –, temos de nos lembrar que muita coisa nasce nesta Casa e é fruto do trabalho dela. E, no que diz respeito à energia solar e à implantação de empresas aqui, há o trabalho específico do deputado Gil Pereira. Quero parabenizar V. Exa.

O deputado Gil Pereira* – Agradeço ao deputado Alencar da Silveira, nobre amigo e companheiro de muitos anos. É sobre isso mesmo que eu vou falar, Alencar. O nosso trabalho começou em 2011, quando eu tive a oportunidade de ser secretário de Estado, da Sedinor, do então governador Anastasia e Alberto Pinto Coelho. Lá, por solicitação nossa, foi criada uma comissão, que o então vice-governador Alberto coordenou, de energias renováveis. Sabendo das dificuldades do Norte de Minas – não é, Leninha? –, eram dois temas: “Água”, “Água” e “Água”. Depois, Guilherme, de estudarmos um pouco, tivemos a oportunidade, junto com a Cemig,

de fazer o mapa solarimétrico para identificar a nossa região com o melhor potencial de Minas e primeiro e segundo do Brasil. Então, em 2012, foi feito o mapa solarimétrico; em 2013 e 2014, já fizemos algumas leis que esta Casa aprovou, trazendo os incentivos tributários e fiscais para que as empresas pudessem vir aqui, nobre amigo João Leite; e, em 2015, foi a primeira luta.

A Solatio, que era uma empresa espanhola – e hoje já é nacional – para fazer projetos. Juntou-se com a Canadian, que é uma multinacional do Canadá, hoje com investimentos chineses. Elas participaram do primeiro leilão. Lembro-me, como se fosse hoje, de que foi no dia 29/8/2015. Naquela época, a EPE, o Tolmasquim, era contra. Havia muitas pessoas do próprio governo do Estado também que falavam que não viabilizaria; outros do governo federal falavam que só em 2022 iniciaria o processo, porque, realmente, era muito caro. Mas, com uma determinação nossa, como muito bem disse o deputado Alencar da Silveira, apresentamos, em 2015, também um projeto de lei sobre o qual vou falar daqui a pouco.

Então, a Solatio nos procurou porque ia participar do leilão no dia 29 de agosto. A Secretaria de Meio Ambiente, na época, não queria dar a licença ambiental para participar do leilão. Não era nem para ganhar, mas, sim, participar do leilão. Aí, fizemos um trabalho. O secretário Germano, que estava lá como secretário adjunto, e Jairo Isaac era o então secretário. Pedimos – temos de reconhecer isso – ao deputado Durval Ângelo e ao presidente à época para fazer a ligação. O governador, enfim, autorizou e deu essa licença.

Então, no dia 29/8/2015, começou a primeira planta de energia solar em Pirapora; e, no dia 13/11/2015, foi feito o leilão. Hoje já energizada, já há dois, três anos, a maior planta da América Latina e a 3ª maior do mundo: 411MW de energia solar fotovoltaica. É importante frisar que é a primeira que teve o financiamento do BNDS, no Brasil, e a primeira que usa 100% placas nacionais, que são fabricadas em São Paulo. A empresa também poderia ter vindo para cá. Infelizmente, não veio. Mas é placa 100% nacional.

E aí continuamos o trabalho. Não só a Canadian, mas também outras empresas nos procuraram. Em 2015, fui presidente da Comissão de Minas e Energia. Nós fizemos uma bela audiência pública aqui, Coronel Henrique, onde havia mais de setecentas pessoas e trouxemos o setor elétrico todo, como essa audiência pública que fizemos no mês passado. Aí, as pessoas começaram a acreditar mais. Fizemos um projeto de lei que fala que até 5MW de energia, o Estado isenta de ICMS. Por que isso? Porque nós temos um potencial muito grande na nossa região, no Norte, no Jequitinhonha, no Noroeste, mas, infelizmente, não estava arrecadando nada. A partir dessa lei de autoria nossa, nós já temos mais de 30 empresas e plantas solares, no valor de R\$20.000.000,00 cada uma, já energizadas. Há mais 30 que serão energizadas este ano. Então, estamos falando de 60 plantas a valor de R\$20.000.000,00, em média, o que dá R\$1.200.000.000,00. Na Cemig, pasmem! Há 400 pedidos para a conexão. Se a Cemig pudesse falar que estão todas liberadas, seriam 400 na veia. Mas, infelizmente, a Cemig tem R\$6.000.000.000,00 para investir e precisamos de investimento de R\$21.000.000.000,00.

Enfim, a Solatio nos procurou novamente em 2017. Levamos a empresa até a cidade Janaúba. Eles queriam fazer uma planta lá de 1,5GW. Apresentei ao prefeito Isaildon, que acertou com os fazendeiros, alugaram terreno e hoje estão com 4.500ha, nobre deputado, com uma planta de 1,5GW. Essa vai ser a maior planta do mundo e estará pronta no ano de 2022. Então, isso é para um futuro próximo. Essa energia já está vendida, deputado Alencar, no mercado livre, ou seja, não é coisa que vai precisar de um leilão nacional da Aneel, assim como está vendida na cidade de Várzea da Palma; da mesma forma na cidade de Francisco Sá, que vai ficar pronta agora com 122MW. Só para se ter ideia, no Norte de Minas, além da de Pirapora que são 411MW, teremos Janaúba, com 1,5GW; Jaíba, 316MG; Francisco Sá, 122MG; nossa cidade de Várzea da Palma vai receber também uma de 1,000GW e, depois, outra de 1,050GW; Januária, 10MW; Arinos, 1,300GW; Paracatu, 156GW; Coromandel, 82GW; Guimarães, 82GW; e Araxá, 120GW. Já estão em operação 660MW. Já contratado no mercado regulado, ou seja, nos leilões, 122MW, que é essa de Francisco Sá. Quero registrar também que o primeiro leilão foi R\$300,00 o mega-watt, André Quintão. Nesse de 2018, o mega-watt saiu a R\$118,00. O que houve no dia 28 de julho já saiu a R\$76,00 o mega-watt, Doutor Jean. Então, viabilizou o preço da energia eólica. No mercado livre estão sendo vendidos 6,5GW, ou seja, essa energia já está vendida. É por isso que falei que essa questão das energias renováveis veio para ficar.

Agradeço aqui ao nosso presidente, Agostinho Patrus e toda a Mesa, deputado Alencar, porque, por solicitação nossa, foi criada a Comissão Extraordinária de Energias Renováveis e Recursos Hídricos, deputado Bartô. Então, essa comissão trabalhou muito, inclusive na ida do governador a Montes Claros, no dia 28 de junho, ele falou do parque de exposição e nós pedimos essa audiência para a empresa Solatio. Houve um desarranjo na agenda do governador. Eles esqueceram de comunicar, mas o governador já ligou para mim hoje dizendo que vai gravar, como você disse, um vídeo falando do nosso trabalho da energia solar, do que ele falou lá, no parque de exposição em Montes Claros. Então, ele reconhece sim o trabalho da Assembleia, da comissão, e o nosso em especial para que realmente fosse instalada lá.

Então, agradeço ao presidente da Assembleia por ter instalado essa comissão importantíssima. Na semana que vem, Bartô, a não ser essa, serão anunciados mais R\$660.000.000,00. São mais 130MG dessas de até 5MW, desse projeto que apresentamos. Então, realmente, se a Cemig tiver fôlego, teremos aí algumas Itaipus de energias renováveis, principalmente solar, aqui em Minas Gerais.

O deputado Bartô (em aparte) – Deputado Gil Pereira, venho aqui realmente parabenizar o senhor. Acho que é um esforço coletivo do trabalho da Assembleia, por intermédio do presidente Agostinho, do Executivo, por meio do governo Zema, mas em especial da sua luta para conseguir trazer uma questão tão importante para Minas Gerais. Para se ter uma noção, é um investimento total de R\$21.000.000.000,00, o que quer dizer um montante, na economia brasileira como um todo, em anos passados, não tão longínquos, de quase 25% de investimento de *netflow* total.

Realmente é um grande recurso que vai entrar no nosso estado e, com certeza, vai atrair muitas outras questões paralelas. A princípio se fala até na questão do turismo, como isso vai ajudar o turismo, porque uma vez que se tem mais energia vindo de fontes alternativas, mais do que a energia hidráulica, sobra mais reservatório; e, sobrando mais água nos reservatórios, isso atrairá o turismo para as nossas áreas que têm grandes hidrelétricas.

O deputado Gil Pereira* – Três Marias, não é?

O deputado Bartô (em aparte) – Exatamente. Mais uma vez, parabéns! Isso, sim, ajuda a engrandecer Minas Gerais, deixando-nos cada vez mais orgulhosos do nosso estado. Parabéns!

O deputado Gil Pereira* – Eu agradeço ao deputado Bartô o apoio nessa luta nossa. Com a palavra, o deputado Guilherme.

O deputado Guilherme da Cunha (em aparte)* – Deputado Gil Pereira, querido colega, faço minhas as palavras do colega Bartô. Digo que sou testemunha, que acompanho de perto todo o seu trabalho na Comissão Extraordinária das Energias Renováveis e vejo como o seu incansável esforço tem contribuído de maneira gigantesca para o desenvolvimento das energias renováveis no nosso estado, em especial a fotovoltaica, sem deixar de lado, em momento algum, a energia de biomassa, de biogás e eólica. É muito bom ver de perto esse trabalho render resultado, e de uma forma tão grande e expressiva que, além de trazer energia mais barata, confiável e limpa para Minas Gerais, trará ainda uma infinidade de empregos que terão, certamente, a sua marca e a sua assinatura. Parabéns pelo trabalho! Eu agradeço todo esse esforço que engrandece o nosso estado. É inspirador ver isso de perto, é muito gratificante ver os frutos que estão sendo obtidos. Parabéns!

O deputado Gil Pereira* – Eu é que agradeço ao nosso líder Guilherme o apoio junto ao governador do Estado, ao governo do Estado. O senhor falou em empregos. Somente nessa planta de Janaúba há mais de 3 mil empregos diretos na sua fase inicial, e depois mil empregos de qualidade ficarão na nossa cidade. Você falou uma coisa muito importante também e que foi uma solicitação nossa. Você faz parte da comissão com o Coronel Henrique. Nós já havíamos pedido ao governador que enviasse o projeto, e ele já está fazendo isso lá, para que fiquem isentas a biomassa, a eólica e o biogás até 5MW, deputado Alencar.

Deputado Cleitinho, nós vamos tornar oportuno. O que o Estado recebe hoje? Não recebia nada da solar. Hoje temos essas empresas, essas plantas eólicas, de biomassa e biogás, com o mesmo resultado daqui a dois ou três anos. Só de biomassa nós temos mais de 1.000.000ha de pinos e eucaliptos no Estado de Minas Gerais, principalmente no nosso Norte. Então eu quero dizer que essa será uma grande oportunidade de gerar energia limpa, renovável, deixando de jogar CO² no espaço, gerando emprego de qualidade e trazendo um novo potencial hidrelétrico e renovável para o nosso estado.

Quero agradecer à Assembleia e a todos os deputados e as deputadas que nos apoiam. Tenho a certeza de que será uma vertente de desenvolvimento. Como eu coloquei no primeiro ciclo de debates aqui, será um

novo ciclo do ouro em Minas Gerais. Realmente, um novo ciclo, não do ouro, mas de energias renováveis, energias limpas para o nosso estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* – Sem revisão dos oradores.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados. Parabéns, deputado Gil Pereira, pessoa que conhece o negócio todo, não é mesmo? Ele vem acompanhando essa questão e está com tudo na ponta da língua, é alguém que estudou, trabalhou e pode perfeitamente compartilhar conosco esse grande avanço no Estado de Minas Gerais e o papel fundamental que o Parlamento tem.

O Parlamento tem esse papel importante, bem lembrado aqui pelo deputado Alencar da Silveira Jr. Aqui nascem muitas ideias. Depois de vinte e tantos anos aqui, nós vimos tantos companheiros, tantas companheiras brilhantes passarem por esta Casa. Muitos aqui permaneceram; outros galgaram outros cargos. Esta Casa continua com toda a sua estrutura técnica sendo fundamental. O reconhecimento do Parlamento tem de estar presente. Se não reconhecerem a importância do Parlamento, temos de lembrá-la, temos de lembrar a importância da representação popular.

Queria, nesta nossa volta, saudar todas e todos e falar do nosso trabalho daqui para a frente, junto com toda a Assembleia, junto com o Parlamento, em relação à retomada ferroviária. Chegamos a um momento importante. Queria chamar a atenção de todas as deputadas e de todos os deputados: nós chegamos ao sonho de termos o chamado PEF, que é o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais. Esse plano tem a ideia de garantir ações imediatas que podem estar, de alguma forma, consagradas na lei orçamentária para o próximo ano; nas ações em médio prazo, no nosso Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG; em longo prazo, na retomada ferroviária. Nós temos algumas questões que terão solução em longo prazo e que poderiam perfeitamente, numa revisão do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, estar consagradas.

Queria chamar a atenção de todos para a importância de trazermos todas as sugestões das regiões de Minas Gerais. Eu tenho uma visão da questão metropolitana, de Belo Horizonte, das nossas 34 cidades da região metropolitana; uma visão relativa à importância de termos o transporte de passageiros na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas temos também outras regiões metropolitanas, como a do Vale do Aço. A própria região de Juiz de Fora, na Zona da Mata, tem essa característica também. O Triângulo Mineiro, Uberlândia e Uberaba têm também essa característica. Então é fundamental que as deputadas e os deputados contribuam para a formação desse plano estratégico.

O governo do Estado trabalha com a ideia de as empresas concessionárias contratarem a Fundação Dom Cabral para fazer toda essa tomada de sugestões no Estado. É importante lembrarmos que nós continuamos com grandes gargalos no Estado de Minas Gerais. Talvez o gargalo principal esteja no Triângulo, no Alto Paranaíba. Sei, pelo líder do governo, deputado Luiz Humberto, que o prefeito de Uberlândia, Odelmo Leão, tem estado preocupado, e é fundamental que venha do Triângulo Mineiro as sugestões para o PEF, as sugestões para o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais. É dessa maneira que vamos eliminar o gargalo

do escoamento de grãos do Triângulo e do Alto Paranaíba que, de alguma forma, agarra na Serra do Tigre, com as composições passando a 19km/h. Hoje ninguém quer transportar soja, transportar milho, transportar feijão, transportar arroz, transportar café a 19 km/h. Então, é fundamental que, no plano estratégico, tenhamos uma solução para o gargalo do Triângulo, do Alto Paranaíba e do Noroeste de Minas Gerais. Hoje nós temos uma grande fronteira agrícola dentro do Noroeste mineiro, Unaí, e não há uma ligação ferroviária de Pirapora a Unaí. É fundamental que essa linha seja estendida até Unaí. Então entra nesse planejamento: soja, milho, enfim, toda a produção de grãos. O mesmo vale para o Norte de Minas.

Como vocês estão vendo e ouvindo, eu sei algumas coisas, mas quem sabe mais são as deputadas e os deputados dessas regiões. Essas são as informações que precisam ser coletadas para o Plano Estratégico Ferroviário de Minas Gerais. Eu sei, por exemplo, que a Vale abandonou o Norte de Minas, abandonou a linha, deixou a linha subutilizada, porque a linha que sai praticamente do Triângulo Mineiro atravessa a Região Metropolitana de Belo Horizonte, passa por Sete Lagoas, Cordisburgo, Curvelo, Montes Claros e vai até o Porto de Salvador, passando pelo Projeto Jaíba, pelo Projeto Gortuba, de frutas. Ela está subutilizada porque a Vale não é dona do Porto de Salvador. Interessa para a Vale levar os produtos apenas para o porto que pertence a ela, que é o Porto de Vitória. Portanto, é o momento de mudarmos isso.

Nós temos que dar ao Norte de Minas aquilo que pertence ao Norte. Está mais próximo o Porto de Salvador, então é lá o escoamento das nossas frutas. Na paragem dos caminhões, querido Pedro Chagas, nós perdemos toda a produção do Jaíba, perdemos toda a produção do Gortuba. Bananas, mangas, uvas, limões, laranjas, tudo isso foi perdido porque o trem da Vale que passa há poucos quilômetros desses projetos é incapaz de transportar essa produção, porque a produção iria para o Porto de Salvador, e não interessa para a Vale transportar para o Porto de Salvador.

Portanto, é fundamental, é fundamental trazer, como hoje o Coronel Henrique trouxe para a reunião ordinária da comissão, o anseio da Mantiqueira, a ligação turística de trem de passageiros de Barbacena, passando pela histórica Fazenda Cabangu, de Alberto Santos Dumont, chegando até Santos Dumont. É fundamental, é importante trazermos as expectativas, as grandes expectativas dos trens turísticos no Estado de Minas Gerais.

Hoje mesmo chegaram para nós os dados do Sul de Minas, do chamado Expresso do Rei. Por que Expresso do Rei? Porque foi o próprio D. Pedro II que inaugurou a linha que sai de Lavras, vai a Carmo da Cachoeira, a Varginha e a Três Corações. Ele, pessoalmente, inaugurou essa linha, e hoje nós temos avaliada em R\$47.000.000,00 a retomada desse trem chamado Expresso do Rei, que sairia de Lavras, com destino final em Três Corações.

Mas é importante dizer que nós temos o Trem das Águas. O Trem das Águas passa por São Lourenço e Soledade de Minas. Caxambu, neste momento, quer que o trem chegue lá. É fundamental que a gente retome tudo isso. Será que R\$47.000.000,00 é muito dinheiro? Se pensarmos, Comte. Henrique, a multa que a Vale tem

que pagar só pelo abandono da linha mineira, da linha Leopoldina, também inaugurada por D. Pedro II em mil oitocentos e oitenta e tantos... Só dessa multa pelo abandono a Vale tem que pagar a Minas Gerais R\$1.000.000.000,00 – R\$1.000.000.000,00! Então, R\$47.000.000,00 estão resolvidos para lá. O dinheiro para a linha de Barbacena a Santos Dumont, passando por Cabangu, está resolvido também. A linha do Belvedere até o Inhotim, retomando o vigor social, comercial e econômico de Brumadinho, está resolvida também. Há dinheiro! E agora nós precisamos do planejamento, do plano estratégico. E para esse plano eu queria fazer um apelo a todas as minhas colegas e aos meus colegas: que estejamos atentos, coletando esses dados, trazendo as demandas de Minas Gerais.

Nós ficamos ouvindo as pessoas falarem das possibilidades que nós temos no transporte ferroviário em Minas Gerais e ficamos, muitas vezes, entristecidos com o abandono que se deu em nosso estado. No Estado, imaginem, tínhamos ferrovias em mil oitocentos e oitenta e tantos. E essas ferrovias, de alguma forma, trouxeram o progresso para Minas Gerais, ligaram Minas Gerais a outros estados, deram a possibilidade de escoamento da produção de Minas Gerais, levaram os nossos passageiros, deixaram uma memória. Essa memória imaterial, deputado Cleitinho Azevedo, não há como medir. Quando a gente parava em Azurita para fazer uma baldeação para um trem que ia para a estação de Pará de Minas, para Pitangui, para Velho do Taipa, a gente comia um biscoito de queijo na estação de Azurita. Como eu vou medir isso? É difícil medir, é difícil medir as pessoas no trem. As cadeiras podiam virar, e a gente ficava de frente – as famílias faziam isso na viagem. Eu não me esqueço que, certa vez, a gente estava viajando, e uma mãe abriu a matula dela. Foi espetacular.

Eu disse que comeram massa com frutos do mar, mas foi um pão rachado com sardinha dentro dele. O cheiro é fantástico. É inesquecível aquele cheiro da sardinha dentro do trem, e aquelas crianças comendo com o maior apetite. Como vamos explicar essas coisas para as pessoas hoje em dia, pessoas de outro tempo, pessoas que não conheceram a formação dessas almas mineiras, a formação do pensamento mineiro? Nós temos, a partir do Parlamento de Minas Gerais, que representa todos esses pensamentos, representa toda essa história, representa toda essa cultura, que representar com muita força essas pessoas e darmos de volta a elas aquilo que é tão importante para a nossa história. Muitos não acreditarão, mas eu tenho muita confiança, neste momento, no trabalho realizado pela Assembleia Legislativa.

Imaginem que, no governo Temer, já teríamos a antecipação da concessão ferroviária. Todo o dinheiro iria para o Mato Grosso do Sul e para o Anel Ferroviário de São Paulo. Passou aquele governo, já estamos em outro governo, e isso não aconteceu por trabalho da Assembleia Legislativa, pelo arrojo dos deputados e deputadas da Assembleia Legislativa. Não houve uma voz, não houve uma voz em Brasília que, de alguma forma, fosse mais alta que a voz deste Parlamento. Este Parlamento defendeu Minas Gerais com tudo. Nós fomos, juntos, deputadas e deputados, ao Tribunal de Contas da União. Nós provocamos a bancada federal, provocamos os senadores, fomos à ANTT, brigamos e temos agora uma prorrogação das audiências para a

antecipação de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro, da MRS Logística. Por quê? Porque teremos um plano estratégico, porque o dinheiro tem que ficar em Minas Gerais. A retomada ferroviária está próxima e depende de nós.

Como os deputados já lembraram aqui, nós temos que dar essas informações, nós, Cleitinho, com toda aquela estrutura histórica ferroviária de Divinópolis, aquele espetáculo que é Divinópolis, na história ferroviária, com o nosso Jequitinhonha, com a Linha Bahia-Minas, até Ponta de Areia, em Caravelas. Nós temos que retornar tudo isso, e somos nós, deputadas e deputados, que guardamos essa história e temos que trazer para o Plano Estratégico Ferroviário - PEF - de Minas Gerais todas essas informações e consagrá-las na lei orçamentária mineira, no Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG - e no Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado. Esta Assembleia deixará um legado para o Estado de Minas Gerais, um planejamento para a retomada ferroviária, um planejamento para termos novamente trem de passageiros, para termos trens de cargas, para termos trens turísticos, para termos trens mistos. Lembro-me bem do trem misto. Ele carregava passageiro e carga.

Quero agradecer ao deputado Cristiano Silveira, presidente desta reunião ordinária da Assembleia Legislativa, o tempo que me foi concedido. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

A deputada Beatriz Cerqueira* – Presidente, boa tarde. Boa tarde, colegas parlamentares e a imprensa que nos acompanha. Ontem, inclusive, foi um dia belíssimo com a inauguração da sala de imprensa. A história do Dídimo e tudo o que nos foi dito ontem foi muito pedagógico. Então, um abraço especial a todos os profissionais da imprensa, que fazem esse trabalho de extrema relevância para a democracia do nosso país.

Presidente, o que me motivou a vir a esta tribuna no retorno das nossas atividades parlamentares são duas questões.

A primeira delas diz respeito a uma ação absurda da qual a mineradora Herculano é protagonista. Eu farei a leitura de uma carta da qual sou signatária, assino com dezenas de entidades, movimentos sociais, populares, e a própria carta fará a denúncia daquilo que precisa ser denunciado.

(– Lê:) “Nota de solidariedade ao Prof. Matheus de Mendonça. Os movimentos populares, entidades e organizações abaixo-assinados manifestam sua indignação e prestam solidariedade ao advogado da Federação Quilombola de Minas Gerais, Dr. Matheus de Mendonça Leite, que foi alvo de processo judicial promovido pela empresa Herculano Mineração. A empresa entrou com uma ação judicial contra o advogado, solicitando que o mesmo fosse proibido de divulgar quaisquer informações sobre a empresa e o empreendimento minerário denominado Projeto Serro. Além de solicitar a proibição de divulgação de qualquer informação sobre o projeto, a Herculano exige que Matheus se retrate, em todos os veículos de comunicação utilizados, para afirmar que as informações manifestadas por ele não condizem com a verdade.

Vemos com muita gravidade a postura autoritária da empresa, que age com o intuito de intimidar e criminalizar o exercício da advocacia e a luta popular contra a exploração minerária no Município do Serro. Essa não é a primeira vez que a Herculano tenta reprimir a atuação do professor Matheus. Isso demonstra o grau de petulância da empresa para alcançar seus objetivos. Reiteramos que o ato da mineradora é clara violação de direitos à liberdade de expressão e organização, e que tem como objetivo silenciar as comunidades que estão na luta pela defesa dos seus territórios.

Esse teatro revela a face autoritária, desrespeitosa e truculenta da empresa. Importante ressaltar que a mesma Herculano, que move processo contra o Prof. Matheus, é investigada e denunciada por homicídio doloso e crimes ambientais pelo rompimento da barragem de rejeitos, em suas operações em Itabirito. Em 2014, com o rompimento da barragem da Herculano, três trabalhadores morreram e nunca foram encontrados. O desastre ou crime atingiu o Ribeirão Rodrigo Silva, importante afluente do Rio das Velhas. A atuação da mineradora, no Serro, é marcada pela sistemática violação de direitos pela permanente tentativa de dividir a população serrana e de enganar as comunidades, ao não oferecer informações corretas e qualificadas sobre seus reais impactos e riscos ao Projeto Serro. A conduta da Herculano vem sendo alvo de inúmeras denúncias expostas em reuniões municipais, manifestações e audiências públicas realizadas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e pelo Ministério Público de Minas Gerais.

O Prof. Matheus, como é conhecido, é reconhecido pela sua engajada atuação na defesa dos territórios quilombolas e tradicionais do Estado de Minas Gerais, em especial no Município do Serro. Como professor do curso de direito da PUC Serro, coordenou projetos de extensão com comunidades remanescentes de quilombos e contribuiu com a certificação de diversas comunidades quilombolas na região e com a criação do Conselho Municipal Quilombola, conquistas que vêm garantindo a essas comunidades acesso a várias políticas públicas e direitos. Foi membro do Codema e participou do processo que negou, por unanimidade, a declaração de conformidade ao empreendimento da empresa Anglo American, na região do Serro. Atualmente, tem atuado arduamente como advogado da Federação Quilombola na defesa da população serrana e dos territórios quilombolas ameaçados pela instalação do projeto de mineração da empresa Herculano.

Desde o ano passado, a mineradora tem insistido, de forma impetuosa, para que seu projeto de exploração de minério de ferro, no Serro, seja aprovado. É importante lembrarmos que, diante das graves irregularidades cometidas pela empresa, a votação que concedeu a declaração de conformidade para o Projeto Serro, no Codema, foi anulada por ato da presidência do conselho e que a empresa responde a uma ação civil pública promovida pelo Ministério Público.

A falta de compromisso com a verdade e com a vida levam a posturas como a da Herculano. Sabemos que essa não é uma prática apenas da Herculano e, sim, o *modus operandi* das mineradoras, que chegam aos territórios, enganando a população com falsas promessas e agem espionando, perseguindo e criminalizando

lutadores e lutadoras do povo na tentativa de silenciar quem denuncia as mazelas desse modelo de mineração e se opõe ao projeto de morte, destruição social e ambiental promovido pelo capital mineral.

Se com isso tentam nos calar, saibam que nossa resposta se dará nas ruas e vales, com a intensificação das lutas e organizações. Afinal, mexeu com um, mexeu com todas e com todos nós. Viva a luta pelas águas do Serro, viva a luta quilombola, fora Herculano. Mineração, aqui, não”.

Faço a leitura para me somar a essa denúncia e acho importantíssimo que, nas nossas comissões permanentes, a Herculano seja chamada a prestar esclarecimentos e responder por ações de criminalização dos lutadores e das lutadoras que fazem a luta por direitos humanos, pelo direito dos territórios e pelo direito à vida.

Então deixo aqui, presidente, a minha indignação com a prática da Herculano, porque a criminalização, o ajuizamento de ações contra as pessoas que fazem essa luta tem uma clara intenção de intimidação. Mas quando mexem com Matheus, mexem comigo, e mexem com muitas outras pessoas que fazem parte dessa luta. Então deixo aqui esse registro.

A segunda questão, presidente, que me leva a debater aqui na nossa tribuna é o início do semestre letivo escolar na rede estadual. Nós iniciamos, no último dia 29 de julho, o semestre escolar na rede estadual. E qual foi a minha surpresa ao fazer a análise das contas do governo, a execução dos primeiros seis meses do governo Zema? A execução do orçamento do governo Zema ficou em 17,45% na educação. Os dados estão disponíveis no *site* da Secretaria de Fazenda. E dizer que Minas Gerais investiu, nos seus primeiros seis meses, 17,45% significa dizer que o governador do Estado hoje descumpra a Constituição Federal. Porque a Constituição estabeleceu, desde a redemocratização do País, desde 1988, a vinculação de impostos à educação e à saúde. Vinte e cinco por cento da arrecadação de determinados impostos obrigatoriamente devem ser investidos em educação. Não é discricionário, o Zema não investe se ele quiser, ele não faz quando ele quiser ou se ele puder. E aí, se nós fizermos uma retrospectiva, é estranha a postura do governo ao diminuir a oferta da educação integral, sob a justificativa financeira. Porque dizer 17% significa dizer que milhões deixaram de ser investidos somente no primeiro semestre. Nesse caso, é importante explicar àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia que não é falta de recurso; é o dinheiro que entrou, e 25% desses impostos deveriam ter sido investidos em educação, mas o governo fez a opção de não executar os 25%, fez a opção de executar menos do que isso. No caso, não chegamos a 18% dos investimentos em educação.

Então o governo deu um fim na contratação de vigilância nas escolas, sob o argumento financeiro. Diminuiu o número de 111 mil crianças atendidas, tirando 80 mil crianças. Mil e seiscentas escolas eram atendidas, e passamos para 500 escolas atendidas. Um semestre sem nenhuma discussão do piso salarial profissional nacional, sob a justificativa da crise financeira. Só que a crise financeira existe no País inteiro e existe no nosso estado, mas nós estamos diante de um governo que arrecadou e não investiu o mínimo constitucional em educação.

Então começo o semestre trazendo esse péssimo balanço dos seis primeiros meses do governo do Estado aqui. Espero que, na Comissão de Educação, neste semestre, a gente não escute uma única frase dizendo que o problema é dinheiro, porque, no caso da educação, o problema está na gestão dos recursos, ao não se respeitar a Constituição Federal e não fazer o investimento mínimo constitucional dos 25%. Aí se tem a velha estratégia de chegar ao final do ano, empenhar um monte de coisa, depois ir lá conversar no Tribunal de Contas, para que o Tribunal de Contas aceite o não investimento dos 25%.

Informo, presidente, que, na próxima semana, irei conversar com o Ministério Público Estadual, porque isso precisa ser verificado. Não é discricionário, é determinação constitucional o mínimo de 25%.

Quem nos dera termos um governador que chegasse a essa tribuna e dissesse: "Estou investindo não apenas os 25%, mas, mais do que isso, porque a educação é uma área estratégica e prioritária". Este governador não está cumprindo a Constituição e está demonstrando, pela prática, pelo seu orçamento e pelos números, que ele não faz o investimento prioritário em educação.

Para finalizar, eu também quero dizer aos colegas que nós estamos, hoje, dia 1º de agosto, a 213 dias sem nenhuma nomeação de concurso público. É gravíssimo, gente. São mais de cento e setenta mil contratos temporários; são pessoas que poderiam estar fortalecendo o Regime Próprio de Previdência Social, e não estão porque são contratadas temporariamente. São pessoas submetidas a contratos temporários e, portanto, há com relação a isso uma situação precária com o cotidiano da escola, com o projeto político pedagógico, pela ausência da estabilidade desse profissional junto à comunidade. Eu passarei os próximos dias, todas as vezes em que eu tiver oportunidade de fazer uso da palavra nesta Assembleia Legislativa, contando a história das centenas de pessoas que procuraram o nosso gabinete durante todo o primeiro semestre. Nas minhas mãos estão centenas de solicitações, de relatos de cargos vagos, pessoas que foram aprovadas em 1º lugar. Não é o debate da excelência no serviço público? Nós não temos que priorizar os melhores? Há o 1º lugar, o 2º lugar, pessoas que passaram muito bem classificadas, mas que não foram nomeadas pelo governo do Estado. Os nossos editais na educação começam a perder a validade a partir de setembro. Em setembro e outubro, os editais de 2014, que já foram prorrogados, perdem a sua validade.

E nós já vivemos isso antes. Nós tínhamos, em 2006, um concurso público em vigor, e o governo, à época, optou por uma efetivação sem concurso e não nomeou as pessoas que estavam na fila para serem nomeadas. São centenas de pessoas que aguardavam a sua nomeação por um concurso público, porque é o concurso público também que lhes dá direito à carreira. Mas não foram nomeadas, e foram estabilizadas ou efetivadas sem o concurso público. A história pode se repetir se nós não somarmos esforços. Todos os parlamentares têm, nas suas bases, professoras, assistentes, técnicos, especialistas, carreiras das superintendências regionais de ensino, enfim, a educação está presente nos 853 municípios.

Então, eu entendo que essa pauta por nomeação dos concursados não é pauta de uma parlamentar. É a pauta de todos que defendem condições dignas de trabalho, que defendem o direito à carreira, que defendem

condições que não sejam precárias, e defendem a excelência, porque essas pessoas estudaram e se esforçaram, foram classificadas num concurso público, e portanto têm o direito à nomeação. Em todo o mês de agosto, eu me dedicarei a essa luta. E já lembro que a nossa categoria, além de estar em estado de greve, fará uma greve nacional no próximo dia 13 de agosto contra a reforma da Previdência, e, no caso de Minas Gerais, pelo piso salarial e pelas nomeações do concurso público. Obrigada.

* – Sem revisão da oradora.

**ERRATA****ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 27/3/2019**

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 25/7/2019, na pág. 2, após a frase “Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão.”, acrescente-se o seguinte:

“São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:”.